

CIÊNCIA E CIENTISTAS NO SERTÃO E A ATUAÇÃO DA COMISSÃO CIENTÍFICA DO IMPÉRIO

EDUARDO GIAVARA*

[Livro: KURY, Lorelai. (org) *Comissão Científica do Império 1859-1961*.
Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2009.]

Nos últimos anos, graças ao esforço dos historiadores culturais que têm buscado aspectos da produção social do conhecimento, seus atores e os círculos intelectuais em que transitavam, um número crescente de historiadores tem se preocupado em estudar viagens e trabalhos de viajantes. O material produzido por eles também é de grande utilidade para os pesquisadores da História Ambiental, uma vez que por se ocuparem com uma análise criteriosa acerca da relação homem/natureza, isso tem resultado pesquisas mais verticalizadas das questões ambientais.

Desta forma, a obra da pesquisadora da Fiocruz, Lorelai Kury, organizada em comemoração aos 150 anos da Comissão Científica do Império, contemplou tais preocupações ao congregar importantes pesquisadoras sobre História da Ciência no Brasil e reunir textos que analisam os documentos produzidos pela Comissão, conferindo uma perspectiva ampla aos vários atores e dilemas vividos durante a expedição.

A obra, cuja seleção de autoras é inquestionável, inicia-se com um texto de Lorelai Kury, intitulado *Explorar o Brasil: o Império, as Ciências e a Nação*; o

segundo texto ficou a cargo da pesquisadora Maria Margaret Lopes, *A Comissão Científica de Exploração uma “expansão para dentro”*; Sílvia Figuerôa compôs o terceiro, *Areias ventos e secas: ainda assim um “eldorado” à brasileira*; Kaori Kodama, o quarto, *Em busca da Gênese do Brasil nas províncias do norte: Gonçalves Dias e os trabalhos etnográficos da Comissão Científica de Exploração*; Magali Romero Sá ficou a cargo do quinto: *A zoologia da Comissão Científica de Exploração*; e, por fim, Lorelai Kury, *Francisco Freire Alemão, botânico e viajante*. Todas conduziram à narrativa histórica dos fatos priorizando a ideia de formação e o delineamento de uma “nova ciência” ou pelo menos de uma “ciência” que pudesse responder aos anseios de um país que ainda buscava a construção de sua identidade nacional.

Uma qualidade indiscutível da obra é à qualidade editorial, o material levantado e fotografado revela cuidado empregado e a riqueza documental coletada ao longo de mais de anos da expedição. A isso ainda se soma a preocupação de uma edição bilíngüe que expande a abrangência do trabalho. Com um rigor acadêmico indiscutível, o trabalho ainda revela os círculos intelectuais, os debates travados nas esferas da academia e do poder e os caminhos perseguidos para construção da ideia de “civilização brasileira”, trazendo à tona uma das mais importantes comissões científicas, organizadas e conduzidas por pesquisadores brasileiros, cujo ambicioso desejo era “forjar” uma ciência nacional “produtora de conhecimento”.

O escopo da obra gira em torno Comissão Científica do Império patrocinada pelo Imperador D. Pedro II e organizada e apoiada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e pelo Museu Histórico Nacional (MHN). A execução dos trabalhos reuniu profissionais relevantes, atuantes de instituições científicas. Os dois nomes de maior destaque foram, sem dúvida, os de Francisco Freire Alemão, médico e naturalista, e Gonçalves Dias, expoente poeta do romantismo brasileiro. Outros profissionais como Guilherme Schüch, Manuel Ferreira Lagos, Giacomo Raja Gabaglia e o pintor José dos Reis Carvalho também desempenharam papel importante na Comissão.

O local escolhido pela expedição foi Fortaleza e essa não foi uma decisão aleatória, pois na região nordeste se encontravam as raízes econômicas do desenvolvimento da colônia. Assim, a monocultura canavieira, os primeiros portugueses e o pioneiro processo de ocupação foram fatores que pesaram na

escolha. Ainda foi ventilada pela Comissão a possibilidade de minas de ouro na região do Ceará, tal situação misturada a “aura progressista” instigou os ânimos de várias pessoas a apoiarem a expedição, visando os frutos que poderiam ser colhidos no futuro.

Explanar aqui todo o conjunto da obra é exaustivo e não contemplará as exigências editoriais, mas dois aspectos importantes merecem destaque: o primeiro são os resultados colhidos pela Comissão e as formas de difusão deles, pois isso tem conduzido muitos historiadores a se ocuparem dessa temática; o segundo é a ideia da “expansão para dentro”, enunciado do capítulo de Margaret Lopes, que ilustra um importante momento do romantismo brasileiro e o conecta intimamente à ideia de construção da nação.

O primeiro desses pontos foi exposto no primeiro artigo em que Lorelai Kury mostra o itinerário pelo universo ilustrado da corte e faz uma análise da Comissão sob a perspectiva do romantismo nativista que alimentou a ideia de criação de uma ciência nacional que corrigisse os erros das expedições estrangeiras e não fosse avessa às características de miscigenação e de país tropical.

O ponto crucial do primeiro artigo foi sem dúvida os resultados práticos da Comissão, momento que a autora aponta que o material coletado – costumeiramente artefatos indígenas, miniaturas de barcos típicos do Ceará, redes de descanso, etc - foi enviado para algumas exposições nacionais e para outras fora do país. Ao longo dos anos que se seguiram os resultados foram apresentados em reuniões científicas, desdobrando-se em relatórios, alguns artigos em revistas especializadas, outros ainda manuscritos e foram formadas coleções com o material coletado. Outra forma que pareceu próspera foram os artigos nos jornais dando notícias dos rumos da expedição, porém tal iniciativa não deu bons resultados acadêmicos, pois havia a expectativa da comunidade acadêmica internacional com a publicação dos resultados, mas segundo a autora a “disparidade de interesses” e, ao que parece, as vaidades pessoais colocaram em xeque o sucesso da expedição. Ainda se soma a isso o infortúnio de perda de material e a morte de Gonçalves Dias, em seu retorno ao Brasil, inviabilizando suas impressões sobre as pesquisas etnográficas na Amazônia.

Esses obstáculos estão diretamente relacionados com a concepção de uma “*ciência nacional*” conduzida pelo ideal de colher os “*frutos sem plantar a árvore*”, situação que ilustra muito bem os contornos da ciência que se almejava produzir no Brasil, levando os membros da Comissão a se distanciarem do censo prático do sertanejo que, por sua vez, esperava resultados práticos que pudessem resolver seus problemas cotidianos. Outras situações inusitadas, de pouca relevância para o desenvolvimento regional como a aclimação de dromedários, conduziram a Comissão ao descrédito e a frequentes questionamentos quanto aos seus trabalhos, o que motivou o pejorativo epíteto de “Comissão das Borboletas”.

Os dilemas vividos pela Comissão quanto à “aplicabilidade” da ciência será a tônica de outros momentos da produção científica no país, pois a elite, em especial setores da agricultura, imbuídos dos princípios do liberalismo e das mudanças advindas com a revolução industrial alimentavam a ideia de que a ciência seria redentora do desenvolvimento econômico. Para tanto, o modelo científico de ciência pura, originários da Europa e Estados Unidos, não encontravam ressonância nos meios intelectuais.

A concepção de “expansão para dentro” remete a pensar não somente a ideia de entrar pelo interior do país, conhecer comunidades, modos de vida, classificar os elementos da natureza e vai além ao propor uma nova perspectiva para se olhar o país através do romantismo que, embasado nos princípios do pensamento rousseauiano, busca o elemento fundador do Brasil: o índio, o “bom selvagem” embrenhado na floresta exuberante. É esse homem interiorano que carrega os elementos genuínos da nação. Também é possível ler nesse momento a necessidade de se olhar para dentro, buscar as matrizes étnicas que estão distribuídas no território nacional, além de conhecer o imenso território e carregá-lo de unidade política, social e cultural. Os costumes não podem parecer estranhos ou exóticos é preciso aproximá-los, conferir-lhes uma posição dentro da nação, enfim, construir um amálgama que possa criar um sentimento de nação.

Essa postura de olhar para dentro foram decisivas para que a Comissão formulasse críticas quanto à seca que assolava a região nordeste, impedindo o desenvolvimento econômico. Silvia Figuerôa apresenta os apontamentos

diferenciados de Guilherme Schüch em que ele propõe a adaptação do sertanejo ao meio e critica a ação antrópica e a falta de conhecimento quanto às ações da natureza. Assim, "*procurará a solução na própria natureza, a partir das observações que faz em campo, somadas ao seu conhecimento teórico*".

Vale destacar que a obra além de conduzir a uma visualização da produção científica no Império e seus dilemas para divulgação do conhecimento também atribui uma visibilidade interdisciplinar ao trabalho da Comissão e atribui-lhe atualidade ao colocar em evidência os problemas sociais que afligiam a região. Desta forma, o livro é leitura indispensável para se entender a conjuntura da produção científica no Império, traz à tona os trabalhos da Comissão e, de forma ampla, confere visibilidade à produção iconográfica.

NOTAS

* Eduardo Giavara é doutor em História pela Universidade Estadual Paulista. Professor Adjunto da Universidade Federal de Uberlândia e pesquisador em História Ambiental. E-mail: giavara@pontal.ufu.br